



**Instituto Português
de Relações Internacionais
e Segurança**
Rua Vitorino Nemésio, 5
1750-306 Lisboa
Tel.: 21 386 79 97
www.iprisverbis.eu
geral@iprisverbis.eu

Uma previsão dos resultados das eleições legislativas de 2009

Como prever os resultados de uma eleição? Uma primeira abordagem seria fazer um palpite. Há boas razões para supor que esse palpite não se afastaria excessivamente da realidade. Um conhecimento muito superficial do sistema partidário português reduz o campo das possibilidades de vitória a dois partidos: o PS e o PSD. Logo, atirando uma moeda ao ar, há 50% de hipóteses de acertar. E, provavelmente, a maioria dos eleitores portugueses fará palpites mais informados. Através dos meios de comunicação social, os eleitores têm acesso a informação sobre as sondagens eleitorais, o desempenho da economia, o grau de conflitualidade social e todo um conjunto de elementos do discurso político e mediático na base dos quais podem fazer inferências sobre a popularidade dos governos e as suas hipóteses de reeleição. A sua experiência quotidiana enquanto consumidores, trabalhadores, pensionistas, estudantes ou membros de associações e grupos de interesse dá-lhes pistas que servem para tomar decisões políticas e também para formar percepções informadas sobre as preferências colectivas. Estudos realizados nos Estados Unidos, baseados em inquéritos sobre o provável vencedor das próximas eleições, mostram que, em média, a percentagem de palpites correctos está significativamente acima dos 50%. Assim, para que os eleitores saibam quem vai ganhar uma eleição, não é preciso muito: “about all they really need is regular membership of the polity”.¹

Tudo se complica quando se trata de fazer previsões sobre desfechos mais precisos do que o mero vencedor tais como a margem de vitória, um resultado percentual concreto ou até se o partido vencedor obterá ou não uma maioria absoluta. As previsões dos eleitores sobre este tipo de desfechos tendem a exibir assimetrias individuais pronunciadas, entre, por exemplo, eleitores com maiores ou menores níveis de sofisticação política ou que tiveram maior ou menor exposição às sondagens. Este tipo de “previsões” está mais sujeita a efeitos de “wishful thinking”, através dos quais os indivíduos tendem a beneficiar os partidos ou candidatos da sua preferência. Estes

enviesamentos só parcialmente são mitigados através de remédios cognitivos – mais informação sobre sondagens – ou motivacionais – incentivos financeiros para previsões correctas. Mesmo a capacidade de um cidadão comum prever simplesmente qual virá a ser o vencedor das eleições é (previsivelmente) diminuída quando elas são particularmente competitivas, ou

quando a previsão é feita com uma antecedência superior a poucas semanas.

Quais as alternativas aos palpites “ingénuos”? Por que não usar simplesmente as próprias sondagens como preditores? E se a informação relevante para a previsão se encontra dispersa, assimetricamente distribuída e sujeita a efeitos de “wishful thinking”, por que não usar um método de agregação da in-

A investigação sobre Portugal e outros países mostra que a precisão das previsões que se possam fazer com base nas sondagens está muito dependente da proximidade temporal entre a recolha das intenções de voto e o acto eleitoral.

formação que resolva estes problemas? Duas alternativas são frequentemente avançadas: ou se usam os resultados das sondagens; ou se recorre a mercados de previsões políticas, tais como *Iowa Prediction Markets* (IEM), criados em 1988.²

Ambas as opções são problemáticas para os nossos propósitos. É verdade que, em Portugal, os resultados das sondagens – pelo menos no que respeita às eleições legislativas – têm-se mostrado cada vez mais exactos.³ Contudo, isso sucede com as sondagens realizadas a poucos dias da própria eleição. A investigação sobre Portugal e outros países mostra que a precisão das previsões que se possam fazer com base nas sondagens está muito dependente da proximidade temporal entre a recolha das intenções de voto e o acto eleitoral.⁴ As sondagens realizadas a grande distância das eleições estão a medir intenções de voto que não se encontram ainda cristalizadas em



Luís Aguiar-Conraria

Professor no Departamento de Economia da Universidade do Minho. Doutorado em Economia pela Cornell University (2005).



Pedro Magalhães

Investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Doutorado em Ciência Política pela Ohio State University (2003).

torno dos seus determinantes fundamentais (ideologia, identificação partidária, factores sócio-demográficos, etc.). Independentemente da variedade de erros amostrais ou não-amostrais a que as inferências descritivas das sondagens estão potencialmente sujeitas, elas são um instrumento *intrinsecamente* deficiente para fazer previsões eleitorais a médio ou longo-prazo.

Os “political prediction markets” trazem uma abordagem completamente diferente do problema. Agregam informação dispersa pelo eleitorado, dando maior peso a uma minoria de previsões particularmente informadas e introduzindo incentivos que mitigam “cheap talk” e “wishful thinking”. Os IEM, por exemplo, são mercados electrónicos onde se compram e vendem contratos (com dinheiro real) que são desenhados de forma a representarem a probabilidade de vitória de um determinado candidato ou partido ou a percentagem de votos que virá a obter. Os contratos podem ser negociados em qualquer momento da sua vigência, fazendo com que as cotações representem, em cada momento, o consenso dos participantes sobre a melhor estimativa para o resultado eleitoral que o contrato representa. O desempenho dos IEM tem sido, à primeira vista, notável. Por exemplo, em 2004, em 33 das 34 semanas anteriores às eleições, o valor dos contratos para a percentagem de votos de George W. Bush esteve a menos de 1% de diferença daquele que veio a ser o resultado final, e um estudo sobre todas as presidenciais desde 1988 mostra que, a longo-prazo, as cotações dos mercados electrónicos tendem a estar sempre mais perto dos resultados finais do que as sondagens realizadas nos mesmos períodos.

A controvérsia sobre a real superioridade dos mercados de previsões em relação às sondagens é acesa, mas irrelevante para os nossos propósitos. Por um lado, não existem mercados electrónicos semelhantes em Portugal. Por outro, sondagens e mercados electrónicos têm, enquanto instrumentos de previsão, um traço em comum: não testam quaisquer teorias sobre as eleições e o comportamento eleitoral. É interessante saber que métodos de amostragem, me-

dição e agregação de informação permitem chegar a previsões mais precisas. Mas, para quem estuda fenómenos políticos, essa precisão é apenas um diagnóstico sobre a capacidade de atingir um objectivo primordial distinto: o de *explicar* os resultados eleitorais, e compreender que razões justificam as escolhas dos eleitores.

Modelos explicativos/preditivos

Uma alternativa às sondagens de intenção de voto ou aos mercados electrónicos consiste na construção de modelos explicativos e preditivos desses resultados: partindo de diferentes teorias sobre o que causa o comportamento eleitoral, são construídos modelos, compostos por variáveis e especificando as relações entre elas, que formalizam as diferentes hipóteses teóricas de partida. A variável dependente representa, tipicamente, a probabilidade de vitória do partido no governo ou a percentagem de votos que ele venha a obter. As variáveis independentes medem atributos agregados do eleitorado, do sistema político, da eleição ou da economia do país. Aplicando esses modelos às eleições anteriores, é possível medir o ajustamento do modelo aos dados empíricos e usá-lo de seguida para, na base dos valores das variáveis para o período presente, prever os resultados.

Uma das ideias centrais sobre o comportamento de voto é que as eleições são uma forma de julgar o desempenho dos governos. A maior parte destes modelos usam a evolução da economia como variável explicativa do desempenho eleitoral do partido de governo. Os indicadores macroeconómicos utilizados incluem o crescimento económico e a inflação, assim como a evolução do desemprego (ou a criação de empregos) ou do rendimento disponível *per capita*.

Um segundo tipo de variável frequentemente utilizado procura captar o facto de a economia não ser a única dimensão da actuação dos governos que conta para as escolhas dos eleitores. Contudo, é difícil obter indicadores sobre as posições dos eleitores e a sua avaliação do desempenho governamental noutros temas e dimensões. Um esforço particularmente

heróico foi o de Steven Rosenstone que, num modelo de previsão dos resultados nos 50 estados americanos, incluía variáveis como as opiniões dos eleitores sobre guerra e política externa, políticas sociais, assuntos raciais e muitos outros, num total de 25 variáveis.⁵ Contudo, a maior parte dos modelos existentes utilizam a popularidade do Presidente como *proxy* para a forma como o governo está a lidar com os temas relevantes.

Um terceiro tipo de variáveis procura captar a noção de que o comportamento eleitoral é também determinado por factores de longo-prazo, predisposições psicológicas ou ideológicas dos eleitores – tais como a identificação partidária – que, em agregado, ajudam a estabilizar o desempenho eleitoral de cada partido em torno de “valores-base”, sendo os desvios explicados pelos factores conjunturais descritos anteriormente. Nos estudos existentes para os Estados Unidos, esta hipótese tende a ser representada pelo desempenho dos partidos nas eleições para o Congresso. Aplicado à Alemanha, considerou-se a média dos resultados do partido do governo nas últimas três eleições.

O que queremos prever no caso das eleições portuguesas? O objectivo fundamental, à semelhança do que sucede na esmagadora maioria dos modelos congéneres, é prever a percentagem de votos no partido do governo em relação ao total de votos válidos, brancos e nulos, assim como estimar se esse valor é suficiente para uma vitória eleitoral.

Finalmente, circunstâncias específicas das eleições tendem também a ser consideradas nestes modelos, tais como o tempo no poder (associado a uma fadiga dos eleitores com os partidos no poder), o facto de o Presidente ou Primeiro-Ministro (PM) em funções se recandidatar (devido às vantagens da experiência e do reconhecimento público) ou, inclusivamente, o facto de o país estar envolvido em conflitos militares e o número de baixas decorrentes desses conflitos.

Em suma, estes modelos têm quatro características básicas:

Em suma, estes modelos têm quatro características básicas:

- Procuram prever os resultados e/ou a probabilidade de sucesso eleitoral do partido ou coligação de partidos no poder recorrendo a variáveis que podem ser medidas (ou cujos valores podem ser condicionalmente avançados) a grande distância da eleição;
- Fazem depender esse desempenho eleitoral do desempenho da economia, do sucesso noutras áreas da governação, ou de ambos;
- Incluem, na maior parte dos casos, variáveis que descrevem características específicas de diferentes eleições; e,
- Nalguns casos – mas não todos –, tomam em conta factores de longo-prazo, que dão estabilidade ao desempenho eleitoral dos partidos de governo.⁶

O modelo português

O que queremos prever no caso das eleições portuguesas? O objectivo fundamental, à semelhança do que sucede na esmagadora maioria dos modelos congéneres, é prever a percentagem de votos no partido do governo em relação ao total de votos válidos, brancos e nulos, assim como estimar se esse valor é suficiente para uma vitória eleitoral. Esta informação, para as anteriores eleições, encontra-se disponível em fontes oficiais.⁷ Mais difícil, contudo, é definir o que significa “partido de governo” em todas as 12 eleições para a Assembleia da República realizadas entre 1975 e 2005.

Uma das nossas decisões preliminares foi a de excluir as eleições de 25 de Abril de 1975 da análise. Para além de serem “eleições fundacionais” e por isso de uma natureza distinta das que se lhe seguiram, Portugal era governado à época por um governo provisório (o IV) que não decorria de qualquer formulação da vontade popular. Decidimos incluir, contudo, as eleições de Abril de 1976. Realizadas já durante o

1. Michael Lewis-Beck, e Andrew Skalaban, “Citizen Forecasting: Can Voters See into the Future?” (*British Journal of Political Science*, vol. 19, n.º 1, Janeiro de 1989): p. 153.
2. Ler o artigo de Joyce Berg, Forrest Nelson e Thomas Rietz, “Prediction Market Accuracy in the Long Run” (*International Journal of Forecasting*, vol. 24, n.º 2, Abril/Junho de 2008): pp. 285-300.
3. Pedro Magalhães, “Pre-Election Polls in Portugal: Accuracy, Bias and Sources of Error, 1991-2004” (*International Journal of Public Opinion Research*, vol. 17, n.º 4, Inverno de 2005): pp. 399-421.
4. Magalhães, “Pre-Election Polls in Portugal”; e, Pedro Magalhães e Diogo Moreira, “As sondagens pré-eleitorais nas autárquicas de 2005”, (*Comunicação e Cultura*, n.º 3 Primavera/Verão de 2007): pp. 157-74.

5. Steven Rosenstone, *Forecasting Presidential Elections* (New Haven: Yale University Press, 1983).

6. Ler o artigo de Michael Lewis-Beck, “Election Forecasting: Principles and Practice” (*The British*

período de “normalização” que se seguiu ao 25 de Novembro de 1975, ao II Pacto MFA/Partidos e à aprovação da Constituição de 1976. Essas eleições tiveram lugar sob o VI governo provisório, dominado por figuras ligadas ao partido que tinha triunfado nas eleições de 1975, ou seja, o Partido Socialista. Logo, para as eleições de 1976, a variável *Votação no partido de governo* é medida através da percentagem de votos no PS: 34,89%.

Várias das eleições seguintes implicaram decisões semelhantes, todas com algum grau de arbitrariedade. Nas eleições intercalares de 1979, a medição da variável dependente é dificultada por dois factos. Por um lado, elas seguiram-se a três governos de iniciativa presidencial. Por outro lado, mesmo que recorramos ao último governo de base partidária que esteve no poder antes dessas eleições (o II governo constitucional), esse governo era apoiado por uma coligação entre dois partidos, o PS e o CDS (Centro Democrático Social). Optámos, mais uma vez, por considerar o PS o “partido de governo”, tendo em conta que os governos de iniciativa presidencial representaram um interregno relativamente breve (entre Agosto de 1978 e Dezembro de 1979) e que a investigação existente sugere que os efeitos do desempenho da economia no apoio aos governos são mais fortes para os partidos que dominam a coligação do que para os restantes. Assim, o valor da variável dependente para 1979 é 27,33%, ou seja, a votação no PS nessas eleições.

Para as eleições de 1980, surge outro problema: o governo apresentou-se a eleições apoiado por uma coligação pré-eleitoral entre o PPD-PSD, o CDS e o PPM, que já tinha sido formada para as eleições de 1979. Não há dúvidas sobre qual o parceiro dominante, o PPD-PSD. Mas como estimar a votação nesse partido, tendo em conta que os votos foram dados à coligação e não a cada partido individualmente? Calculámos a proporção que a votação no PPD-PSD representou no total da votação nos três partidos nas eleições imediatamente anteriores e posteriores em que se apresentaram separadamente. Assim, o valor da variável dependente em 1980 é 28,93%. Nas eleições subsequentes, a medição da percentagem de vo-

tos no partido do poder torna-se mais simples e exige menos pressuposições: as eleições de 1987, 1991, 1995, 1999 e 2002 seguiram-se a períodos de governos monopartidários, enquanto as eleições de 1983, 1985 e 2005 seguiram-se a coligações onde o parceiro dominante é claramente identificável.

Quais serão as variáveis independentes cruciais? Antes de mais, temos de ter em conta que dispomos apenas de 11 eleições entre 1976 e 2005. O reduzido

Vários estudos sobre as intenções de voto e a popularidade dos líderes mostram que os eleitores portugueses são predominantemente retrospectivos, ou seja, castigam ou recompensam os governos de acordo com o desempenho económico passado.

número de observações obriga a que sejamos muitíssimo selectivos na escolha das variáveis que analisamos. Um número excessivo de variáveis pode conduzir a *overfitting*, ou seja, à introdução de variáveis que captam de forma perfeita as idiosincrasias de todas as observações na amostra, mas que é inútil para inferências fora da amostra.

O que sabemos, quer dos modelos de previsão mais bem sucedidos

noutros países, quer da investigação em Portugal, aconselha a que o modelo inclua pelo menos uma variável que capte o desempenho económico. Em vários estudos sobre as intenções de voto dos portugueses e a popularidade dos líderes, Francisco Veiga e Linda Veiga mostram que os eleitores portugueses são predominantemente retrospectivos, ou seja, castigam ou recompensam os governos de acordo com o desempenho económico passado.⁸ Estudos utilizando dados a nível individual confirmam essa hipótese e sugerem igualmente que as variáveis económicas mais decisivas são a evolução da taxa de desemprego, o crescimento económico e a inflação. Optámos por utilizar apenas a *taxa de crescimento do PIB real*. Primeiro, porque é difícil encontrar dados credíveis, com a periodicidade adequada, para a taxa de desem-

prego em Portugal antes de 1983. Segundo, porque em todas as regressões que efectuámos, a taxa de inflação nunca apresentou coeficientes estatisticamente significativos para os níveis convencionais. Isto não é, de resto, surpreendente. Francisco Veiga e Linda Veiga concluem que em Portugal a inflação e o desemprego afectam de forma assimétrica governos de esquerda e de direita. Assim, para se incluírem estas variáveis no modelo, dever-se-ia considerar interações com o partido político no governo, levando a uma duplicação de variáveis explicativas, luxo a que não podemos ceder, dado o diminuto número de graus de liberdade de que dispomos.

Como os dados sobre a economia são divulgados com atraso temporal em relação ao período a que dizem respeito e dado existir alguma inércia entre a *performance* económica de um governo e a tradução de tal *performance* na opinião dos eleitores, a prática comum nos modelos de previsão consiste em medir o desempenho com “atraso” em relação às eleições. No nosso caso, para cada eleição, a taxa de crescimento do PIB real representa o crescimento no ano anterior ao penúltimo trimestre antes das eleições. Por outras palavras, para eleições realizadas, por exemplo, em Outubro (último trimestre), o valor desta variável representa o crescimento do PIB real ocorrido desde o final do segundo trimestre ao ano anterior até ao final do segundo trimestre do ano da eleição.

Nenhum modelo pode pressupor que o desempenho eleitoral dos partidos do governo se explica exclusivamente através do crescimento económico. Como já vimos, uma das variáveis frequentemente utilizadas em modelos deste género é a popularidade do governo ou do PM, vistos como *proxy* da avaliação geral que os eleitores fazem do seu desempenho. Sucede que, em Portugal, só a partir de 1986 começam a estar disponíveis dados de sondagens que medem regularmente a satisfação com o governo. Incluir esta variável significaria que perderíamos cinco das 11 observações disponíveis.

Mas isso não implica que tenhamos de abdicar de introduzir variáveis políticas. Num sistema de governo semipresidencial como o português, a qualidade

da cooperação institucional entre o PM e o Presidente da República (PR) é relevante. O Presidente dispõe de recursos políticos e institucionais, formais e informais, que lhe permitem condicionar a acção dos governos e, em caso de conflito aberto com o PM, minar a popularidade dos governos, beneficiando de um capital político próprio, como uma figura “acima” do conflito estritamente partidário.⁹ Assim, introduzimos no modelo uma variável binária que assume o valor 1 quando, no momento das eleições, existe um claro conflito político entre o PR e o Governo em funções. A nossa hipótese é a de que, nessas circunstâncias, o partido de governo deverá ser punido eleitoralmente. Nos 11 casos, codificámos essa variável com valor 1 nas eleições de 1979, 1980, 1983 e 1985 (captando o conflito entre António Ramalho Eanes e os governos do PS-CDS, da AD e do Bloco Central), 1995 (o conflito entre Mário Soares – no seu segundo mandato – e o governo de Cavaco Silva) e 2005 (o conflito entre Jorge Sampaio e Pedro Santana Lopes).

Uma segunda variável política que consideramos consiste em saber se o PM se recandidata ou não. Como vimos na secção anterior, a recandidatura do PM comporta vantagens para o partido do poder e a curta experiência democrática portuguesa mostra que dificilmente o PM perde as eleições. Desta forma, incluímos também uma variável binária que assume o valor 1 quando o PM em funções se recandidata e o valor zero no caso contrário. Novamente, algumas das dificuldades já assinaladas para determinar qual “o partido de governo” voltam a colocar-se. A este respeito, tomámos decisões consistentes com as anteriores, considerando Mário Soares o “incumbent” nas eleições de 1976 e 1979. Para além disso, tomámos uma decisão adicional: a de não considerar Santana Lopes o “incumbent” nas eleições de 2005, tendo em conta não ter sido ele o PM eleito em 2002 e a sua estadia de poucos meses no cargo. Definida desta forma, nunca o candidato incumbente perdeu umas eleições.

Repare-se que as variáveis referidas no parágrafo anterior introduzem problemas de interpretação dos resultados, bem como problemas econométricos as-

Journal of Politics & International Relations, vol. 7, n.º 2, Maio de 2005): pp. 145-64.
7 Ver o site da Comissão Nacional de Eleições [<http://eleicoes.cne.pt>].

8 Francisco José Veiga, e Linda Gonçalves Veiga, “Popularity Functions, Partisan Effects, and Support in Parliament” (*Economics & Politics*, vol. 16, n.º 1, Março de 2004): pp. 101-15; e, dos mesmos autores, “The Determinants of Vote Intention in Portugal” (*Public Choice*, vol. 118, n.º 3/4, Março de 2004): pp. 341-64.

9 Pedro Magalhães, “As armas dos fracacos: o veto político e a litigância constitucional do Presidente da República”, in AA. VV., *A reforma do Estado em Portugal: problemas e perspectivas* (Lisboa: Bizâncio, 2001): pp. 489-506.

sociados à endogeneidade das variáveis explicativas. Por exemplo, os nossos resultados indicam que quando o PM incumbente se recandidata ganha vantagem. Podemos estar perante uma variável endógena, ou seja, ele recandidata-se porque antecipa que vai ganhar. Da mesma forma, o facto do PR e do PM entrarem em conflito político aberto pode ser não tanto (ou apenas) uma causa do mau desempenho eleitoral do partido de governo, mas uma consequência desse mau desempenho. Por exemplo, muito se escreveu sobre a possibilidade de o conflito entre Mário Soares e Cavaco Silva entre 1992 e 1995 se ter devido, em parte, ao facto de, na Presidência, se ter antecipado uma provável degradação da popularidade do governo nesse período. Por outro lado, também se conjecturou sobre a possibilidade de o governo ter desejado esse conflito, como forma de deflectir responsabilidade pela degradação dos indicadores económicos. Importa também não esquecer que o Presidente tem o poder de dissolver a Assembleia e convocar eleições. Ao contrário do que sucede nos Estados Unidos, onde o executivo cumpre um mandato de duração fixa, em Portugal as datas das eleições legislativas não são exógenas (independentes). E nada impede que um Presidente dissolva a Assembleia e marque as eleições para um momento que, por razões que não têm a ver directamente com os efeitos propriamente ditos do conflito entre esse governo e a Presidência, seja particularmente nocivo do ponto de vista eleitoral para o partido no poder. De qualquer forma, o objectivo do nosso trabalho não é tanto o de estimar o efeito de tais variáveis (situação em que a endogeneidade descrita feriria de morte os nossos resultados) mas sim o de fazer previsões. De um ponto de vista puramente preditivo, estas variáveis podem ser úteis, dado que captam efeitos por nós não considerados (por exemplo, o descontentamento geral, o grau de conflitualidade social, etc.).

Finalmente, incluímos também uma variável binária que toma o valor 1 quando o partido no poder é o Partido Socialista. Um dos resultados dos estudos de Francisco Veiga e Linda Veiga sobre as intenções de voto e a popularidade dos governos entre 1986 e

2001 é que o Partido Socialista teve, enquanto governo, menos intenções de voto e menor popularidade que o PSD durante todo esse período. Há razões para supor que este padrão se alargue para além do período e dos protagonistas políticos concretos, reflectin-

Um estudo recente sobre os eleitorais dos dois principais partidos mostra que o PS tende a sofrer sistematicamente, após as suas passagens pelo governo, uma deserção acentuada por parte do eleitorado de esquerda, na sequência de políticas mais centristas do que aquelas defendidas pela coligação de eleitores que o leva ao poder.

do-se no desempenho eleitoral do PS enquanto partido de governo desde 1976. Num estudo recente sobre os eleitorais dos dois principais partidos, Braulio Gómez Fortes mostra que o Partido Socialista tende a sofrer sistematicamente, após as suas passagens pelo governo, uma deserção acentuada por parte do eleitorado de esquerda, na sequência de políticas mais centristas do que aquelas defendidas pela coligação de eleitores que o leva ao poder.¹⁰ Em 1999 – em contraste com que tinha sucedido em 1979 e 1985 – essa deserção foi compensa-

da pelo afluxo de votantes centristas e pelo bom desempenho da economia. Contudo, *ceteris paribus*, o PS tende a ser mais abandonado pelos seus anteriores votantes do que o PSD.

Especificação econométrica

Na secção anterior descrevemos as variáveis independentes escolhidas. Neste ponto, discutimos a escolha da variável dependente, ou seja, a variável que pretendemos prever, e o modelo econométrico adequado. Se o nosso objectivo fosse apenas o de estimar a probabilidade de o partido que está actualmente no governo ganhar as próximas eleições legislativas, bastaria criar uma variável qualitativa que assumisse

o valor 1 quando o partido de governo ganha as eleições e o caso contrário. De seguida, estimar-se-ia um modelo Probit (ou Logit) que nos daria directamente a probabilidade de se observar esse valor 1. No nosso caso, dado o pequeno número de observações, tal estratégia é impraticável. Basta lembrar o facto de a variável sobre a candidatura do PM ser um preditor perfeito. Ou seja, conseguiríamos resultados perfeitos dentro da amostra, mas extrapolações para fora da amostra seriam impossíveis de fazer.

Optámos assim por fazer uma estimativa pontual. O Método dos Mínimos Quadrados Ordinários tem todas as propriedades desejáveis, faltando apenas escolher que resultado prever. Em primeiro lugar, estimamos o resultado eleitoral do partido de governo, ou seja, estimamos a sua percentagem de votos nas eleições. Esta estratégia é a mais comum na literatura mas, infelizmente, apenas nos dá uma informação imperfeita sobre o vencedor das próximas eleições, dado que tal depende da votação no maior partido da oposição. De seguida, consideramos uma outra variável dependente: a margem de vitória do partido do poder em relação à alternativa mais votada (naturalmente, valores negativos indicam uma derrota). Estimando-se um valor para a margem de vitória do PS, bem como o desvio padrão do seu erro de previsão, torna-se possível construir um intervalo de confiança, com base no qual se pode aproximadamente estimar a probabilidade de o partido incumbente ter mais votos do que o segundo principal partido.

Na Tabela 1, temos os principais resultados do modelo estimado para prever a votação no partido de governo. A taxa de crescimento do PIB real tem, como esperado, um impacto positivo na votação do partido de governo. O impacto de um conflito político-institucional com o PR é muito forte. Chama-se de novo a atenção, contudo, que a possível endogeneidade da variável impede que se afirme que um conflito entre o governo e o PR causa de facto uma perda de 20 pontos percentuais para o partido do governo. É perfeitamente possível que tal variável apenas esteja a captar outros efeitos, como a incompetência do PM, ou a reflectir outras causas não consideradas, como o nível de conflitualidade social. Note-se como nas nossas estimativas o PS parece ser penalizado quando se encontra no governo. Finalmente, é de realçar que o coeficiente estimado (e omitido) associado à recandidatura do PM é estatisticamente não significativo (um p-valor superior a 90%).

Dado que a estimativa foi feita com 11 observações e que se estimaram quatro coeficientes, ficamos reduzidos a sete graus de liberdade. Assim, não é razoável medir a qualidade do ajustamento da regressão recorrendo ao coeficiente de determinação. Já o chamado “erro padrão da estimativa”, que mede a precisão média das estimativas do modelo, tem sido criticado por ser uma medida demasiado conservadora dos erros de previsão cometidos. Assim, para explorar as propriedades preditivas do modelo, recorreremos a um método alternativo, que consiste em

Tabela 1: Votação no partido de governo

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	P-valor
Constante	45,484	2,071	21,961	0,000
Crescimento do PIB real	1,190	0,461	2,581	0,036
Conflito com o Presidente	-19,068	1,867	-10,211	0,000
Governo Socialista	-8,322	1,813	-4,590	0,003
R quadrado	0,940	Estatística F		36,237
R quadrado ajustado	0,914	P-Valor (Estatística F)		0,000

10 Braulio Gómez Fortes, “Os eleitores de esquerda perante o Partido Socialista: duros e pragmáticos”, in André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães (eds.), *Eleições e Cultura Política* (Lisboa: ICS, 2007).

estimá-lo apenas com dez eleições e, com base nesses resultados, prever a votação na eleição excluída da amostra. Fazendo isto para cada uma das 11 eleições, ficamos com 11 previsões fora-da-mostra (*out-of-sample forecasts*) que, depois, comparamos com as votações reais. Neste caso, o erro absoluto médio cometido foi de 2,92 pontos percentuais, nunca tendo ultrapassado o valor de 5,8 pontos percentuais (e em oito das onze vezes o erro foi inferior a quatro pontos percentuais). Numa comparação com modelos congéneres noutros países, este erro absoluto médio é superior aos cometidos pelos modelos aplicados às presidenciais americanas apresentados em 2004, onde o valor mais elevado foi de 2,5.¹¹ O mesmo sucede em relação ao modelo britânico, onde esse valor foi 2,7.¹² Contudo, importa notar que, ao contrário do que sucede na maioria desses modelos, nos encontramos privados de usar dados sobre a popularidade do PM ou do governo, pelo que os resultados sugerem, quer em termos absolutos, quer em termos comparativos, uma razoável capacidade preditiva.

Na Tabela 2, estimamos directamente a margem de vitória do partido de governo. Os resultados são comparáveis com os do modelo anterior, com uma diferença principal: de acordo com este modelo, a decisão de o PM se recandidatar tem um poder preditivo muito elevado.

Tal como na estimativa anterior, recorremos a

previsões fora da amostra para escolher o modelo adequado. O erro absoluto médio foi de 5,9 pontos percentuais e apenas por duas vezes o modelo errou no vencedor das eleições. Note-se que, no caso das primeiras eleições legislativas o erro foi clamoroso: previu uma derrota do PS por oito pontos, quando na verdade o PS ganhou com mais de dez pontos percentuais de vantagem. Deve salientar-se que há uma imensa variabilidade dos valores dos coeficientes estimados à medida que se ajusta a amostra. Assim, os resultados deste modelo não merecem a mesma confiança do modelo anterior.

Previsões

As previsões que se possam fazer estarão sempre sujeitas a erros. Mesmo admitindo que os modelos estão bem especificados, esses erros resultam de choques que aconteçam até ao momento das eleições e de imprecisões nas estimativas dos coeficientes. Contudo, estimando o erro padrão da previsão (*forecast standard error*), é possível construir intervalos de confiança para as previsões pontuais que são obtidas a partir dos coeficientes estimados.

Dados os resultados espelhados na Tabela 1, é possível fazer uma previsão para a votação no PS nas eleições de 2009. Como cenário-base consideramos que a taxa de crescimento do PIB entre o terceiro trimestre de 2008 e o final do segundo trimestre de 2009

Tabela 2: Margem de vitória do partido de governo

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	P-valor
Constante	3,541	3.377	1.049	0.335
Crescimento do PIB real	1,675	0.772	2.170	0.073
Conflito com o Presidente	-18,061	3.305	-5.464	0.002
Governo Socialista	-5,850	2.583	-2.265	0.064
Recandidatura do Primeiro-Ministro	11.975	3.307	3.621	0.011
R quadrado	0,948	Estatística F		27.324
R quadrado ajustado	0,913	P-Valor (Estatística F)		0.001

será de 1%. À data em que escrevemos este artigo – finais de Julho de 2008 – a previsão divulgada mais recentemente para o crescimento do PIB real em 2009, a do Fundo Monetário Internacional, aponta para um valor de 1%, pelo que não julgamos sobreestimar o desempenho da economia no período relevante. Pressupomos também que, tal como tem sucedido até ao momento, o PR não vai entrar em conflito aberto com o PM. O partido incumbente é o PS e pressupomos que José Sócrates liderará o PS nessas eleições. *Com base nestes pressupostos, o nosso modelo prevê que o PS venha a obter 38,35% dos votos nas próximas eleições legislativas.* Este resultado indica-nos que o PS deverá ter uma votação significativa e – se tivermos em conta que o erro padrão da previsão é de 3,3% – podemos concluir que é altamente improvável que o PS obtenha maioria absoluta.

Para sabermos as possibilidades de o PS perder as eleições, recorremos aos resultados da Tabela 2. De acordo com o cenário já referido, *estima-se que o partido de governo obtenha uma vantagem de 11,34 pontos percentuais em relação ao segundo partido mais votado.* O erro padrão da previsão é de 4,9. Se admitirmos que os resíduos da estimativa seguem uma lei normal, então conclui-se que o PS será o partido mais votado (margem de vitória superior a zero) com uma probabilidade de 99%.

Algumas dificuldades e limitações do nosso tra-

balho são óbvias, devendo as suas conclusões ser interpretadas com uma boa dose de cepticismo. Em primeiro lugar, a juventude da nossa democracia não

Com base nestes pressupostos, o nosso modelo prevê que o PS venha a obter 38,35% dos votos nas próximas eleições legislativas. A probabilidade de que este valor torne o PS o partido mais votado é superior a 99%.

E, da mesma forma, a variável que mede os conflitos entre o Presidente e o governo é porventura insuficientemente fina, não captando diferentes graus de intensidade e de natureza desses conflitos ou do intervencionismo presidencial na vida política. Contudo, ressaltando todos estes problemas, e admitindo que o cenário de partida é realista, os nossos resultados levam-nos a concluir por uma elevada probabilidade de que o PS ganhe as próximas eleições, sendo no entanto muito improvável que as venha a ganhar com maioria absoluta. ■

nos permite ter mais do que 11 eleições legislativas para analisar. Em segundo lugar, dado o facto do executivo não ter um mandato fixo, as datas das eleições legislativas não são exógenas. Em terceiro, os valores de algumas das variáveis independentes “políticas” resultam de decisões qualitativas potencialmente questionáveis.

11 Lewis-Beck, “Election Forecasting”.

12 Michael Lewis-Beck, Richard Nadeau e Éric Bélanger, “General Election Forecasts in the United Kingdom: A Political Economy Model” (*Electoral Studies*, vol. 23, n.º 2, Junho de 2004): pp. 279-90.

Director

Paulo Gorjão

Director-adjunto

João Domingues

Conselho Editorial

António Costa Silva | Fernando Adão da Fonseca | Francisco Seixas da Costa
Luís Pais Antunes | Miguel Morgado | Nuno Garoupa | Paulo Gorjão | Vítor Bento

Design Gráfico

João Ribeiro Soares

Media Partners



Apoios Institucionais

